

Relatório – Audiência Pública com a sociedade, partidos políticos e instituições de ensino

Gestão Participativa 2024 – TRE/AM

LOCAL	Auditório do Fórum Eleitoral e transmitido pelas redes sociais do TRE/AM				
PERÍODO	01/07/2024	INÍCIO	10:30 hs	TÉRMINO	12:00 hs

Neste ano, a Justiça Eleitoral, fomentando a Gestão Participativa na definição das Metas Nacionais 2025, contou com a participação popular através da Audiência pública com partidos políticos, instituições de ensino e sociedade, pois acredita que a democratização da elaboração das metas nacionais para o Poder Judiciário é o melhor caminho para uma gestão mais legítima.

Este processo de Gestão Participativa fará com que a sociedade, partidos políticos, instituições públicas e de ensino e qualquer outro interessado tenham a oportunidade de apresentar sugestões de metas, bem como melhorias que considerem relevantes para contribuir para a efetividade da prestação jurisdicional, com foco no segmento da Justiça Eleitoral.

A audiência pública aconteceu no dia 01 de julho de 2024, no auditório do Fórum Eleitoral com transmissão nas redes sociais do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas, durante evento promovido pela Escola Judiciária Eleitoral do Amazonas voltados à sociedade, partidos políticos e qualquer outro interessado e contou com a participação popular de forma a contribuir com a elaboração das Metas Nacionais do Poder Judiciário 2025.

O servidor da Assessoria de Governança e Gestão conduziu a audiência pública, inicialmente com um conteúdo teórico a fim de contextualizar os participantes, no tocante à necessidade de informação aos partidos políticos, Transparência, Gestão participativa, Metas Nacionais e as Metas da Justiça Eleitoral 01, 02, 04 e 09.

Foi disponibilizado QR Code e link do formulário eletrônico, para coleta das respostas dos participantes a uma pesquisa, que buscou fomentar a reflexão sobre as Metas 01, 02 e 04, bem como coletar sugestões dos participantes, que promovam a melhoria dos processos de trabalho visando facilitar o alcance destes objetivos.

O formulário traz uma breve explicação sobre as metas a serem pesquisadas. Sobre as Metas Nacionais a serem aprovadas pela Justiça Eleitoral para 2025, temos em resumo:

- A Meta 1 está definida como “Julgar mais processos que os distribuídos”;

- A Meta 2 se relaciona com “Julgar processos mais antigos”, em uma porcentagem de processos dentro de um período de tempo. Neste caso, 70% dos processos distribuídos há dois anos, pendente de julgamento a 6 anos ou mais;
- A Meta 4 é a de “Priorizar o julgamento de processos relativos aos crimes contra a Administração Pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais.” Para 2024, está definida para o atendimento de 100% dos processos referentes às eleições de 2020 e 60% dos processos referentes as eleições de 2022, distribuídos até o final do ano passado que possam importar na perda de mandato.

Para cada item, foi solicitado através de formulário do Google, que os participantes respondessem sobre a relevância da meta, bem como que sugerissem alterações ou melhorias para as mesmas.

A Meta 9, que compõe a pesquisa está, diferentemente das metas de judicância anteriormente comentadas, voltada para a área da gestão/ inovação do Tribunal.

Temos a seguir, as estatísticas e respostas levantadas na pesquisa.

- Quanto a identificação dos participantes

Advogado ou advogada	7
Servidor ou servidora de outro órgão da Administração Pública	3
Servidor ou servidora da Justiça Eleitoral	7
Contador	1
Cidadão ou cidadã	4
Executiva do diretório municipal do partido.	1
Membro de entidade de classe	1

- Quanto ao local de atuação dos participantes

Sede do TRE, mas atuo em Manaus	16
Sede do TRE, mas atuo no Interior do Estado do Amazonas	7
Estou acompanhando pelas redes sociais e atuo no interior do Estado do Amazonas	1

- Quanto a percepção de relevância das metas, temos:

	Meta 01	Meta 02	Meta 04	Meta 09
Sim	95,8 %	100 %	95,8 %	100 %
Não	4,4 %	-	4,4 %	-

- Sobre as sugestões na pesquisa sobre as metas 04 e 09, temos:

Meta 04	
Elevar o percentual da Meta 4 para 2025	65,2 %
Não há necessidade de alterar os termos da Meta 4 para 2025	34,8 %
Meta 09	
Aumentar para 2 a quantidade de projetos de inovação	41,2 %
Manter a meta do jeito que está	29,4 %
Que a sociedade propusesse o tema do projeto de inovação para cada Justiça	23,5 %
Não aplicação da Meta 9	5,9 %

- Quanto às sugestões de melhorias, temos as seguintes percepções entre os participantes:
 - Adoção de percentual diferenciado para a JE em anos Eleitorais;
 - O TRE deveria observar o fim para o qual foi criado, não sendo um mero julgador de processos;
 - Os deferimento ou indeferimentos deveriam ser mais rápidos;
 - Melhorar a rapidez em intimar as partes;
 - Os julgamentos dos processos eleitorais deveriam ser mais céleres;
 - Aprimoramento de tecnologia para o combate de desinformação;

Estas ideias foram apresentadas através de formulário eletrônico em pesquisa junto aos participantes como formas de melhorar o processo/sistema de modo a facilitar o atingimento das metas, por partes da Justiça Eleitoral.

Após a exposição teórica, foi passada a palavra aos participantes. Os que se manifestaram abordaram as seguintes ideias:

- Uma representante de partido político se manifestou ponderando sobre a preocupação com o tempo que os candidatos são julgados nos processos de Registro de Candidaturas, impactando na reposição do candidato para o pleito. A participante acredita que a demora em julgar os registros de candidaturas, interfere negativamente nas campanhas dos partidos. Também manifestou dificuldades no processo das intimações aos candidatos.
- Após, um representante de partidos políticos do interior do estado sugeriu que fossem realizados convênios do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas com instituições de ensino para receber estudantes de área contábil, por considerá-los uma fonte de mão de obra especializada na área, para auxiliar a análise dos processos durante o período de prestação de contas. Ele acredita que existem situações no dia a dia, que seriam melhor entendidos por profissionais da área.
- Outro representante de partido político do interior do estado acredita ser benéfico, durante o período eleitoral os curtos prazos processuais, pois ele entende que isso contribui para a celeridade do processo judicial.
- Logo após, outro participante, também representante de partido político do interior do estado reforçou a importância das metas de julgamento de processos mais antigos.
- Em seguida, o participante seguinte sugeriu a utilização de estagiários para apoio às demandas processuais.
- Para encerrar as participações orais na audiência, uma das participantes, acredita que uma forma de melhorar a questão dos julgamentos processuais seria uma melhor distribuição dos processos entre os magistrados, adotando algum critério de proporcionalidade levando em conta os tipos de processo a serem julgados.

Estes foram os tópicos apresentados pelos participantes.

Ao final da audiência, foi comunicado aos participantes que o e-mail da Assessoria de Governança e Gestão (AGG) do TRE/AM estaria disponível para o recebimento de qualquer outra

Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas

manifestação posterior. Não foram recebidas até o presente momento, outras expressões do que aquelas coletadas no próprio local, via formulário eletrônico ou oralmente.

O evento encontra-se publicado no youtube, no link abaixo:

<https://www.youtube.com/watch?v=0WlxcXuin4o&t=7936s>